

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.560 - DF (2019/0302779-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : **CLAUDIO DE OLIVEIRA ARECO**
ADVOGADOS : **RAFAEL ALMEIDA PEREIRA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -**
DF045366
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CLAUDIO DE OLIVEIRA ARECO, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que deu parcial provimento a recurso de seu interesse.

Depreende-se dos autos que, após regular instrução processual, o ora recorrente foi condenado, pela prática dos crimes previstos no art. 306 da Lei n. 9.503/1997, às penas de 9 (nove) meses de detenção, em regime inicial semiaberto, 13 (treze) dias-multa e suspensão da habilitação para dirigir veículos automotores por 3 (três) meses (e-STJ fls. 309-319).

O Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação defensiva para efetuar a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência e redimensionar as penas para 8 (oito) meses de detenção, em regime inicial semiaberto, 12 (doze) dias-multa e suspensão da habilitação para dirigir veículos automotores por 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias (e-STJ fls. 442-470).

Nas razões recursais, a defesa alega violação aos arts. 386, V e VII, do Código de Processo Penal e 59 do Código Penal.

Sustenta, em síntese, que a autoria delitiva foi comprovada apenas pelas declarações prestadas pelos policiais rodoviários, não havendo nos autos provas idôneas e suficientes para a condenação do acusado.

Alega, ainda, que não se poderia valorar negativamente a circunstância judicial da personalidade com base somente nos antecedentes criminais do réu.

Requer, ao final, o provimento do recurso especial para absolver o recorrente por insuficiência de provas e, subsidiariamente, afastar a valoração negativa da personalidade, com o redimensionamento da pena (e-STJ fls. 479-488).

Contrarrazoada a insurgência (e-STJ fls. 505-507), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 509-510), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal ofertou parecer pelo provimento parcial do inconformismo (e-STJ fls. 524-528).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Acerca dos temas trazidos à discussão no recurso especial, assim ficou assentado pela Corte *a quo* (e-STJ fls. 461-467):

[...] Consigne-se que os depoimentos prestados por

Superior Tribunal de Justiça

agentes públicos, colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, podem e devem ser apreciados com valor probatório suficiente para dar respaldo ao édito condenatório, principalmente quando não são produzidas provas que possam afastar a credibilidade dos agentes que trabalharam na apuração dos fatos ou que façam crer que eles quisessem deliberadamente prejudicar o réu. [...]

No caso vertente, tanto na Delegacia como em Juízo, os agentes de trânsito forneceram depoimentos firmes, seguros e harmônicos entre si, no sentido de que o réu trafegava em zigue-zague e apresentava sinais de embriaguez, tais como forte odor etílico, olhos avermelhados e fala alterada, o que, inclusive, foi confirmado pelos agentes de outras guarnições e por policiais militares que estiveram no local dos fatos.

Assim, estando a alteração da capacidade' psicomotora do réu devidamente comprovada pela prova oral obtida no ato da abordagem, a manutenção do decreto condenatório pelo crime tipificado no artigo 306, caput, do Código de Trânsito Brasileiro é medida que se impõe. [...]

Em que pese a divergência existente em relação ao tema, perfilho o entendimento de que a análise desfavorável da personalidade prescinde de comprovação por meio de laudo psicológico ou psiquiátrico elaborado por profissional habilitado para tanto. O exame de tal circunstância pode ser feito com fundamento em dados concretos, extraídos dos autos, bem como por meio de condenações criminais anteriores transitadas em julgado, desde que não tenham sido utilizadas para configuração dos maus antecedentes ou da agravante da reincidência. Isso porque tais registros, inegavelmente, demonstram a personalidade voltada para a prática de crimes. [...]

No caso, a avaliação negativa da personalidade deve ser mantida, pois realizada com fundamento em condenações distintas daqueles utilizadas para configurar maus antecedentes e reincidência (fls. 317 e 321).

Inicialmente, depreende-se do excerto transcrito que, para afastar as conclusões das instâncias ordinárias, com vistas à absolvição do réu, é necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ut Súmula 7/STJ.

A propósito (destaques acrescidos):

Superior Tribunal de Justiça

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 306 DA LEI N. 9503/96 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - CTB). CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZÃO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL. 1) VIOLAÇÃO AO ARTIGO 207 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. INOCORRÊNCIA. DEPOIMENTO TESTEMUNHAL DE POLICIAL QUE PARTICIPOU DO FLAGRANTE. 1.1) ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, VEDADO CONFORME SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. 2) VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. INOCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, VEDADO CONFORME SÚMULA N. 7 DO STJ. 3) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Segundo entendimento reiterado do Superior Tribunal de Justiça, os depoimentos dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante são meio idôneo e suficiente para a formação do édito condenatório, quando em harmonia com as demais provas dos autos, e colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, como ocorreu na hipótese (AgRg no REsp 1771679/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 27/3/2019).

1.1. No caso em tela, para se reconhecer que o depoimento testemunhal de policial não merece credibilidade em razão das ações recíprocas, seria necessário o reexame fático-probatório, providencia vedada conforme Súmula n. 7 do STJ, porque o Tribunal de origem fez constar que não ficou demonstrada a condição de inimizado capital.

2. Assim, o acolhimento do pleito de absolvição demandaria o reexame fático-probatório, providencia vedada conforme Súmula 7 do STJ, porquanto as instâncias ordinárias emitiram juízo condenatório concretamente justificado, com base na prova produzida.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1317916/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. ADVOGADO. RENÚNCIA. REABERTURA. PRAZO. COMPLEMENTAÇÃO DAS RAZÕES. DESCABIMENTO. ART. 306 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. EXAME PERICIAL. PREVALÊNCIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. MATERIALIDADE. COMPROVAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Se houve a regular intimação do Advogado que então promovia a defesa do Agravante, o qual inclusive apresentou o presente agravo regimental, é descabida a pretensão, formulada

Superior Tribunal de Justiça

pelo novo Defensor, no sentido de que lhe seja devolvido o prazo recursal ou facultada a complementação das razões do recurso interno, uma vez que este recebe o processo no estado em que se encontra.

2. A tese de que deveria prevalecer o exame pericial não foi debatida no acórdão recorrido, que, na verdade, nem sequer fez menção à prova pericial. Nesse contexto, constata-se que o tema carece de prequestionamento, nos termos da Súmula n.º 282 do STF.

3. Para rever a conclusão das instâncias ordinárias, no sentido de estar comprovada a embriaguez, seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, vedado em recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do STJ.

4. Indeferido o pedido de reabertura do prazo recursal ou de complementação das razões do presente recurso interno. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1337969/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 07/10/2019)

Registre-se que a aplicação da pena-base é o momento em que o juiz, dentro dos limites abstratamente previstos pelo legislador, deve eleger, fundamentadamente, o *quantum* ideal de pena a ser aplicada ao condenado criminalmente, visando à prevenção e à repressão do delito praticado.

Assim, para chegar a uma aplicação justa da lei penal, o sentenciante, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, deve atentar para as singularidades do caso concreto, guiando-se pelos oito fatores indicativos relacionados no *caput* do art. 59 do Código Penal.

Na hipótese em apreço, verifica-se que o colegiado estadual manteve as circunstâncias consideradas desfavoráveis pelo Magistrado singular, relativamente aos antecedentes e à personalidade.

No entanto, verifica-se que ao manter a valoração negativa da personalidade o Tribunal *a quo* dissentiu da jurisprudência desta Corte no sentido de que condenações transitadas em julgado não são fundamentos idôneos para se inferir a personalidade do agente voltada a prática criminosas.

A esse respeito, a Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento do EARESP n. 1.311.636, realizado em 10/4/2019, por maioria, firmou precedente segundo o qual as diversas condenações pretéritas devem ser atreladas apenas aos maus antecedentes, pois constitui, no mínimo, uma atecnia entender que as condenações transitadas em julgado refletem negativamente na personalidade ou na conduta social do agente. Isso sem contar que é dado ao julgador atribuir o peso que achar mais conveniente e justo a cada uma das circunstâncias judiciais, o que lhe permite valorar de forma mais enfática os antecedentes criminais do réu com histórico de múltiplas condenações definitivas.

Nesse sentido:

PENAL. PROCESSO PENAL HABEAS CORPUS SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. FURTO QUALIFICADO. DOSIMETRIA DA PENA. VALORAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

NEGATIVA DA CONDUTA SOCIAL EM RAZÃO DOS MAUS ANTECEDENTES. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...]

III - A Terceira Seção desta Corte, ao julgar o EAREsp 1.311.636/MS, fixou entendimento de que "Eventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente."

Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para afastar a valoração negativa da conduta social, redimensionada a pena do paciente para 3 (doze) anos de reclusão, mantidos os demais termos da condenação.

(HC 508.172/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 01/08/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA PERICIAL. CONSIDERAÇÃO DESFAVORÁVEL DA PERSONALIDADE ANTE A EXISTÊNCIA DE CONDENAÇÕES TRANSITADAS EM JULGADO NÃO UTILIZADAS PARA CONFIGURAR REINCIDÊNCIA OU MAUS ANTECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...]

3. A Terceira Seção deste Superior Tribunal decidiu que "eventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente. Precedentes da Quinta e da Sexta Turmas desta Corte" (EAREsp n. 1.311.636/MS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 3ª S., DJe 26/4/2019).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1784955/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 09/09/2019)

Desse modo, deve ser afastada a valoração negativa da personalidade e redimensionadas as penas.

Passa-se à nova dosimetria.

Na primeira fase, adiciona-se 1/8 (um oitavo) ao mínimo legal, em razão dos antecedentes, fixando-se a pena-base em 6 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias de detenção e 11 (onze) dias-multa.

Ante a ausência de atenuantes, agravantes e causas de aumento e de

Superior Tribunal de Justiça

diminuição, **fixa-se a pena definitiva em 6 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias de detenção, em regime inicial semiaberto, 11 (onze) dias-multa e suspensão da habilitação para dirigir veículos automotores por 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias.**

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e III, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conhece-se em parte do recurso especial e, nessa extensão, dá-se-lhe provimento** para afastar a valoração negativa da personalidade e redimensionar a pena nos termos acima explicitados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

